

Risco de racionamento pode afetar crescimento

Publicada em 08-01-2013

Risco de racionamento pode afetar crescimento

Produção industrial em xeque.

TATIANA LAGÔA.



O crescimento da economia brasileira neste ano, estimado em 3,30%, deverá ser afetado em decorrência da possibilidade de racionamento de energia no país, que já levou à convocação de uma reunião de emergência, marcada para amanhã pela presidente Dilma Rousseff, com representantes do setor. A associação dos altos custos necessários para operar térmicas com o aumento do valor do insumo no mercado livre, influenciado pela baixa oferta, poderá aumentar os gastos das indústrias. E, como resultado prático, a expansão esperada de 3,50% para a produção industrial brasileira pode não se concretizar.

Mesmo com os níveis dos reservatórios baixos, o discurso do governo federal ainda seguia no sentido de negar um possível racionamento neste ano. Porém, ao convocar uma reunião visando discutir o tema, a Presidência acendeu a luz amarela para o mercado. "A situação hoje é crítica e pode ser medida pelo nível dos reservatórios que está abaixo do volume de segurança imposto pelo governo para evitar racionamento", afirma o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Conforme dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os reservatórios no Sudeste estão com 29% da capacidade de armazenamento. Já no Nordeste, o percentual é de 33%; no Sul, de 35%; e no Norte, 41%. Somente o Sudeste é responsável por 70% da capacidade hídrica do país e o Nordeste, 18%. O quadro se torna mais grave quando se leva em conta que todas as usinas térmicas do país já foram acionadas, o que sinaliza redução das chances de alterar a realidade.

<http://www.diariodocomercio.com.br/>

Produção industrial em xeque.

TATIANA LAGÔA / AGÊNCIA PETROBRAS

A pouca incidência de chuvas pode antecipar o acionamento das usinas térmicas, elevando o custo da energia

O crescimento da economia brasileira neste ano, estimado em 3,30%, deverá ser afetado em decorrência da possibilidade de racionamento de energia no país, que já levou à convocação de uma reunião de emergência, marcada para amanhã pela presidente Dilma Rousseff, com representantes do setor. A associação dos altos custos necessários para operar térmicas com o aumento do valor do insumo no mercado livre, influenciado pela baixa oferta, poderá aumentar os gastos das

indústrias. E, como resultado prático, a expansão esperada de 3,50% para a produção industrial brasileira pode não se concretizar.

Mesmo com os níveis dos reservatórios baixos, o discurso do governo federal ainda seguia no sentido de negar um possível racionamento neste ano. Porém, ao convocar uma reunião visando discutir o tema, a Presidência acendeu a luz amarela para o mercado. "A situação hoje é crítica e pode ser medida pelo nível dos reservatórios que está abaixo do volume de segurança imposto pelo governo para evitar racionamento", afirma o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Conforme dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os reservatórios no Sudeste estão com 29% da capacidade de armazenamento. Já no Nordeste, o percentual é de 33%; no Sul, de 35%; e no Norte, 41%. Somente o Sudeste é responsável por 70% da capacidade hídrica do país e o Nordeste, 18%. O quadro se torna mais grave quando se leva em conta que todas as usinas térmicas do país já foram acionadas, o que sinaliza redução das chances de alterar a realidade.

Recuperação - Além disso, os indicadores de curto prazo indicam que não será neste mês ainda a recuperação dos índices de chuva. No Sudeste deverá chover apenas 72% da média histórica e no Nordeste 31%. Somente no Sul choverá mais que nos outros anos (127%), porém a região representa apenas 7% dos reservatórios nacionais.

Diante desse quadro, Sales acredita que restam algumas poucas alternativas para o governo. A primeira delas seria buscar outras formas para se aumentar a oferta de energia. A outra seria a redução da demanda, seja de forma voluntária ou forçada, via racionamento.

E, juntamente com a palavra racionamento, pode-se ler também redução do crescimento econômico. "Se esse hipotético processo de racionamento de energia vingar poderá prejudicar todas as projeções de crescimento deste ano, o que seria péssimo para a economia brasileira", avalia o economista da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) Paulo Casaca.

O assessor em energia da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace), Fernando Umbria, tem a mesma visão: "Energia elétrica é fundamental para o processo de crescimento. Se o Brasil der mesmo os sinais de recuperação esperados, a energia poderá servir como restrição aos negócios", afirma.

E as explicações para o impacto direto na produção industrial do país são simples. A primeira delas é o fato de o preço da energia no ambiente livre de contratação, onde está a maioria dos industriais, subir em decorrência da oferta e procura. Esse reflexo já é sentido no mercado de curto prazo, com um Preço de Liquidações e Diferenças (PLD), em R\$ 555 o megawatt hora. Ou seja, duas vezes o valor apurado em dezembro, quando estava em R\$ 259. Dessa forma, os contratos que serão fechados a partir de agora já vão vir mais altos.

Termelétricas - Outro fato impactante é o custo de se operar as termelétricas. O valor do Encargo de Serviços do Sistema (ESS), cobrado em decorrência da necessidade de se ligar térmicas, fechou o ano de 2012 com recordes, segundo

projeções da Abrace. Espera-se, levando em conta números preliminares, que serão R\$ 2,650 bilhões.

Para se ter uma ideia, o ano em que havia sido mais alto foi em 2008, quando ficou em R\$ 2,3 bilhões. Em 2011, foram R\$ 1,46 bilhão. O encargo será cobrado dos consumidores cativos a partir da próxima revisão tarifária em março. Já os livres têm os contratos revisados em função do encargo a cada mês.

Com o aumento da energia ocasionada pelos fatores citados, a redução tarifária prometida pelo governo federal deverá ficar cada vez mais longe dos 20,5% prometidos, na visão do presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Carlos Faria. "Deveremos ter uma redução de, no máximo, 10%. E isso vai depender também da utilização das térmicas porque quanto mais tempo necessitarmos dessa fonte de energia menor será a redução", afirma.